

É um sinal de maturidade ver que durante um seminário promovido pelo Banco Central os conferencistas convidados falaram em cenários para o Terceiro Milênio. Até muito recentemente o Banco Central do Brasil, os bancos privados e as bolsas onde se negociam contratos futuros e de opções, gravitavam apenas em torno do *overnight*.

Quando um país começa a falar no longo prazo começa, também, a ficar sério. É sempre bom lembrar, que este é um país que há dois anos tinha uma inflação de 40% ao mês, um sistema de indexação generalizado e uma ciranda financeira de fazer vergonha até ao Burundi. A quebraadeira dos bancos reflete esse passado indecente, onde o Estado e a realimentação de seus déficits foram o motor principal da crise.

O que é preciso, agora, é saber se faremos o longo prazo mediante a soma dos curtos prazos — como sabiamente disse em certa ocasião o deputado e ex-ministro Delfim Neto — ou se teremos, mesmo, reeducado a burocracia, o empresariado e o cidadão comum para sepultar a memória inflacionária, passando a pensar em prazos longos para a poupança e os investimentos. Em algum momento da nossa história teremos que descobrir a *minima moralia* a que se referiu um dos melhores pensadores europeus contemporâneos, passando a agir política e socialmente segundo uma moral mínima.

Que existirão crises nesse caminho de conversão dos corações e mentes dos brasileiros, ninguém duvide. Nenhum país saiu de uma quase hiperinflação em pleno sistema democrático para embarcar na estabilidade sem dor. O que teremos de pesquisar é qual o grau de higidez com o qual o Congresso, o Executivo, a burocracia, os políticos, as lideranças empresariais e os cidadãos estarão dispostos a trabalhar para melhorar o caráter e a alma nacional. Uma tarefa duplamente difícil considerando-se o acavalamento de um ano eleitoral com as reformas constitucionais. Além disso, o contexto internacional e latino-americano em particular continuará turbulento e não podemos ignorá-lo.

No Terceiro Milênio não há como as economias se isolarem. Basta que reajam racionalmente aos desastres localizados. Por exemplo, os assustados com a volatilidade das bolsas ou das moedas no exterior deveriam considerar com que maturidade os mercados desenvolvidos reagiram a solavancos recentes de Tóquio a Nova Iorque. O ien sofreu uma valorização brutal diante do dólar e o Japão continuou exportando. Nos Estados Unidos a Nasdaq entra em queda durante seis meses, despenca 3% em um só dia, bolsas disparam sinais de alerta proibindo o *trade* eletrônico, e ninguém se alarma.

Com ou sem globalização das economias, o Terceiro Milênio não será conquistado nem de graça nem a preços baixos por ninguém, muito menos nos países em desenvolvimento. Não sairá barato para os trabalhadores — que estão perdendo empregos para robôs —, nem para os executivos debaixo de pressão constante para aumentar a produtividade, nem para os empresários obrigados a abrir o capital e sobreviver em meio aos *take-overs* de compradores hostis de suas ações.

A discussão sobre o Terceiro Milênio tem provocado novos e apimentados temperos, como as observações de um ex-presidente do Banco Central, Francisco Gros, e as de um dos considerados *pais* do Real, o economista André Lara Resende. São colaborações importantes, ainda quando ecoem dúvidas já levantadas pelo economista Rudiger Dornbusch, que, por receber altos cachês para criticar o Brasil perante platéias estrangeiras, não é levado a sério.

O que se discute agora no Brasil não é muito diferente do que se discutiu no México antes da crise que levou a uma profunda

revisão do programa de ajustes desse país. É preciso colocar as coisas nos devidos termos. Os portfólios dos bancos de investimento de Londres e de Wall Street não estariam recheando suas carteiras com mais de 40% em títulos brasileiros se não considerassem fatores como o valor patrimonial por ação e outros. Há uma prova de confiança no país. O que é preciso é não desmerecê-la. A frase proferida pelo Ministro Domingo Cavallo, uma vez mais no centro de uma crise política em Buenos Aires, portanto antes de cair, resume tudo: “se o Congresso desautorizar o Executivo e não apresentar alternativas para reduzir o déficit, não poderei, como ministro, continuar gerenciando a economia”. Alguém deveria dizer o mesmo em Brasília.

O Terceiro Milênio, seja ele para o Brasil, o México ou a Argentina, passa por esse estreito gargalo: a capacidade dos governos para se impor autodisciplina, contendo o déficit público e restaurando princípios de competitividade à economia. O calendário para esses ajustes é finito.

O que faz a diferença entre o Brasil, a Argentina e o México é o tamanho das respectivas economias e a capacidade brasileira para atuar em bloco, sem perder sua identidade nem seus objetivos próprios como nação. Globalização quer dizer interação entre empresas e economias, mas quer dizer também competitividade e liderança. O Brasil não deve ir a reboque das emoções portenhas sobre o destino de um ministro ou do plano local de estabilização. O Mercosul é ainda 14% do comércio exterior do Brasil. A estabilidade na Argentina é importante, mas não é vital.

O Terceiro Milênio requer investimentos a longo prazo, e os investimentos a longo prazo — sejam eles com base na poupança nacional ou estrangeira — só serão feitos aqui se houver uma sinalização de absoluta coerência na condução das políticas monetária e fiscal. O Plano Real modificou os parâmetros de receita e despesa do governo e tornou mais transparente o déficit público e os efeitos do seu financiamento sobre a dívida pública. A intenção do governo é conter o déficit nominal no nível de 4% do PIB, segundo o diretor do Banco Central, Gustavo Franco. O objetivo, segundo ele, é garantir a melhora do déficit este ano.

É imperioso que o governo apresente resultados nessa área, pois a contrapartida é o encarecimento dos custos financeiros para ~~carregar o déficit e o arco de dúvidas que os~~ interessados em ressuscitar a ciranda financeira inevitavelmente lançarão sobre o governo. Não há espaços para ingênuos no Terceiro Milênio. Muita gente ganhou dinheiro com a inflação, seja no Brasil, na Argentina ou no México. A altíssima volatilidade das taxas de juros foi meio de vida para muita gente.

Taxas mais estáveis obrigarão as pessoas a suar para procurar empresas e financiar capital fixo a longo prazo. Diminuem os empregos nas tesourarias de bancos. Aumentam os empregos nas carteiras agrícolas, nas corretoras que se especializarem e nos departamentos de investimento a longo prazo dos bancos. Jornalistas terão que falar menos em taxas de juros e aprender a falar em dividendos. É uma troca excelente para a sociedade.

Enquanto as tesourarias se esvaziam, enchem-se os departamentos de análise de investimento em estradas, portos, agricultura, comércio, manufaturas e no mundo produtivo em geral. O Terceiro Milênio não será construído com o *overnight*, mas com o longo prazo. É preciso que todos os interessados na produção afastem os fantasmas, sejam eles de fracasso político na Argentina ou de volta do efeito tequila mexicano. Ou o Brasil assume a condição de líder nesse cenário ou irá, definitivamente, a reboque do subdesenvolvimento enquanto for a história do Terceiro Milênio.



## Paródia

Inconformado por ter sido uma empresa canadense de mineração — a Sherrit Internacional — a primeira a ser advertida, nos termos da lei Helms-Burton, de que seus executivos poderiam ser impedidos de entrar nos Estados Unidos porque ela utiliza instalações que foram nacionalizadas em Cuba, o deputado canadense John Godfrey decidiu revidar na base da gozação.

Alegando que as “vítimas”

da revolução americana deveriam receber o mesmo tratamento que as das outras revoluções, Godfrey quer reaver os 300 hectares de terras de sua família, que há dois séculos veio da Virgínia para Toronto fugindo da guerra de independência. E mobilizar o governo canadense contra empresas ou indivíduos que trafiquem com terras tomadas na revolução de independência americana.

Godfrey argumenta que, apesar das cláusulas do Tratado de Paris (1783), prometendo indenizações aos que se

mantiveram leais à Coroa, “nenhuma sequer foi paga”. Como os cubano-americanos, os legalistas de então tiveram de ir embora. Eram os *contras* daquela época.

A paródia canadense é irresistível e saudável. Realmente não se pode levar a sério uma lei casuística que interfere na soberania alheia, viola os princípios do Nafta e atropela as regras da Organização Mundial do Comércio. Tudo para agradar os cubanos da Flórida em ano eleitoral.